

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: PARÂMETROS TEÓRICOS PARA ESTUDO DA FORMA URBANA

Manoel Lemes da Silva Neto
Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

Compreendendo a urbanização como processo social que melhor explica a produção da forma urbana, o texto discute elementos que auxiliam definir tal fenômeno. Do corte temporal na contemporaneidade até as nuances relacionadas à constituição do tecido urbano em casos concretos, no estado de São Paulo e no Brasil, o texto apresenta a análise de um conjunto de referências que delimitam historicamente o processo de urbanização, levantam hipóteses a respeito da natureza do fenômeno e do tecido urbano produzido por seu intermédio.

Palavras-chave: urbanização; organização espacial; forma urbana; densidade urbana; tecido urbano; espraiamento urbano.

SPATIAL CONFIGURATIONS AND CONTEMPORARY URBANIZATION IN BRASIL: THEORETICAL PARAMETERS FOR THE STUDY OF URBAN FORM

Abstract

Looking at the urbanization as the social process that explains best the production of urban form, the text discusses elements that help define this phenomenon. Starting from a temporal cut into contemporaneity and going through the nuances of urban tissue found in concrete cases, in the state of São Paulo and Brazil, the text presents the analysis of a set of references that delimit historically the process of urbanization, raise hypotheses about the nature of the phenomenon and of the urban tissue produced through it.

Keywords: urbanization; spatial organization; urban form; urban density; urban tissue; urban sprawling.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute alguns dos argumentos estruturantes de uma proposta de pesquisa intitulada “Configurações espaciais da urbanização contemporânea: adensamento urbano, sistemas de espaços livres e constituição da esfera pública no Brasil”.

O ponto de partida é focar a configuração espacial (Santos, 1988, p. 75-77) como categoria central de análise do processo de urbanização. Outro fenômeno associado ao processo é a densidade, compreendida como variável-chave da abordagem. Expressa pelo quociente do número de pessoas por unidade de área, ou de espaço, edificado ou não, a noção banal de densidade permite associar, por contraposição, espaço livre e forma urbana. E essa expressão não é a única capaz de revelar tais conformações. Além de densidades de pessoas e coisas, há outras associações que podem ser exploradas. Densidade das firmas, densidade das instituições, densidade técnica e densidade produtiva resultam efeitos análogos.

Com essa orientação, e em face do VI Colóquio da Pesquisa QUAPA-SEL, pretende-se sedimentar pressupostos importantes para o prosseguimento da investigação. Os

assuntos examinados estão dispostos de modo a estabelecer um conjunto preliminar de referências teórico-empíricas e, conseqüentemente, o marco conceitual adotado.

Primeiramente, a noção de periodização é abordada como princípio essencial do método de análise de fenômenos espaço-temporais, como é o caso; o passo seguinte, as implicações do período histórico atual no processo de urbanização. Depois, duas dimensões significativas para focar o tema da configuração espacial em sintonia à constituição da forma urbana: lugar e densidade urbana. Uma vez que a forma urbana deriva da localização, buscou-se fundamentar certo entendimento a respeito do conceito de lugar. A densidade, por sua vez, contém qualidades analíticas que fazem dela uma variável singular para o estudo da urbanização contemporânea; de como engendra a configuração espacial e esclarece a forma urbana.

A NECESSIDADE DA PERIODIZAÇÃO

Periodizar, à semelhança da análise sistemática da geologia, é um modo de levar em conta a sobreposição de camadas de espaço, sem o que fica difícil sedimentar um significado para o presente. Rumo à ontologia espacial, o esforço interpretativo procura uma explicação para o presente na lógica da sucessão dos períodos. Isto é, “um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema”, argumenta o geógrafo Milton Santos (1979, p. 25).

A propósito da necessidade da periodização, o autor ainda escreveu: “Para que o estudo possa alcançar os seus objetivos, isto é, interpretar o presente como resultado de um processo e indicar possíveis linhas de evolução, um esforço de periodização se impõe.” (1988, p. 114). Contudo, que intervalos de tempo seriam os mais apropriados? Em outro texto, e em alusão ao historiador Fernand Braudel, acrescenta que “(...) as periodizações históricas são um passo tomado da realidade exterior e obedecem aos objetivos do investigador” (1985, p.23). Daí que, a cada problema, os seus períodos.

E a urbanização contemporânea?

Quanto ao presente, a passagem do século XIX para o século XX marca o início das transformações que modificaram por completo a organização espacial do passado. Nesse período, as conseqüências da 1ª e 2ª Revoluções Industriais possibilitaram, entre outras novidades, concentrações urbanas e industriais, o amadurecimento do capitalismo e, sob tais condições, a instauração do discurso urbanístico.

Mas foi a partir da 2ª Guerra Mundial que esses efeitos concretizaram-se com diferenciação qualitativamente superior daqueles que marcaram a aurora do período industrial. E isso, em boa parte, graças às inovações tecnológicas introduzidas com a indústria bélica.

A civilização na encruzilhada: implicações sociais e humanas da revolução científicotécnica, obra dirigida por Radovan Richta, publicada nos idos de 1969 e considerada, por Milton Santos, precursora da formulação da idéia de que a contemporaneidade veio marcada pela ciência e tecnologia, antecipava o seguinte.

“(...) Se fizermos chegar até as suas últimas conseqüências estes processos que atualmente estão em seus começos, e dos quais temos tão somente indícios, se abre diante de nós, como perspectiva para os próximos decênios, a visão de uma mudança profunda e de grande alcance no processo histórico da transformação do mundo e da autoformação do homem: nos encontramos no umbral da revolução científicotécnica.” (Richta, (1969) 1971, p. 9)

Realmente.

“(...) A tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são, de uma forma ou de outra, a ela subordinadas, em termos de sua operação, evolução e possibilidades de difusão.” (Santos, 1985, p. 27)

Enquanto método, as interações sistêmicas da variável tecnológica com os elementos formadores do espaço – “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas” (Santos, 1985, p. 6) – garantem a coerência interna para a explicação do período atual. Produzem um espaço que somente pode ser construído agora. Anteriormente, fazia parte do mundo da ficção. Atualmente, as inovações tecnológicas compõem uma realidade espacial extremamente complexa que, diante dos olhos, sempre está a ser conferida.

Não é só. A crescente interdependência econômica internacional do fenômeno da globalização influencia decisivamente a organização espacial da atualidade. Esse fenômeno distingue o período histórico atual dos anteriores na medida em que, formando um mercado mundial caracterizado pelo aumento contínuo da velocidade de circulação das informações, desencadeia uma crescente homogeneização das estruturas de oferta e demanda (Franca Filho, 1998, p. 75).

Isso teria sido possível graças à construção do que Milton Santos denominou “meio técnico-científico-informacional”. Daí a requalificação dos sistemas técnicos anteriormente construídos para atenderem, sobretudo, “(...) a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade” passando, desse modo, a serem “(...) incorporados plenamente às correntes da globalização” (1994, p. 51).

“Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea.” (Santos, 1994, p. 48)

Ainda assim, da virada do século até os dias de hoje, aceleram os fatos inéditos que apontam reangulação de variáveis, reequilíbrios, talvez, de outro período.

Na globalização, o avanço do capitalismo e o triunfo da concepção neoliberal de mercado conduziram a toda sorte de derivações do totalitarismo, autorizado, como nunca antes, a se descomprometer do humanismo (Santos, 2000). Mas é justamente o acirramento das contradições aí instaladas que produz as pré-condições das quais emergem os movimentos de reação.

Organizadas de baixo para cima, novas configurações socioculturais podem estar aumentando seu peso político ao territorializarem, nos lugares, solidariedades orgânicas praticadas pelos homens comuns na luta cotidiana pela sobrevivência (Ribeiro, 2005). Reagindo a variáveis como à pressão demográfica e ao projeto da maioria, tais configurações poderão potencializar o desvanecimento do período anterior, impondo os condicionantes do novo. A transição para o “período popular da história” (Santos, 2000, p. 147-149) estaria, então, fundamentada na criatividade cotidiana e por meio de muitas formas de superação das racionalidades hegemônicas. Algumas inéditas, outras são práticas ancestrais, como a troca direta de mercadorias (Ribeiro, 2005).

Logo, a globalização, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a insurgência da pressão demográfica são elementos que poderão fundamentar o estudo da organização do espaço na atualidade. Nesse estudo, estruturam, temporalmente, o desenvolvimento do discurso analítico.

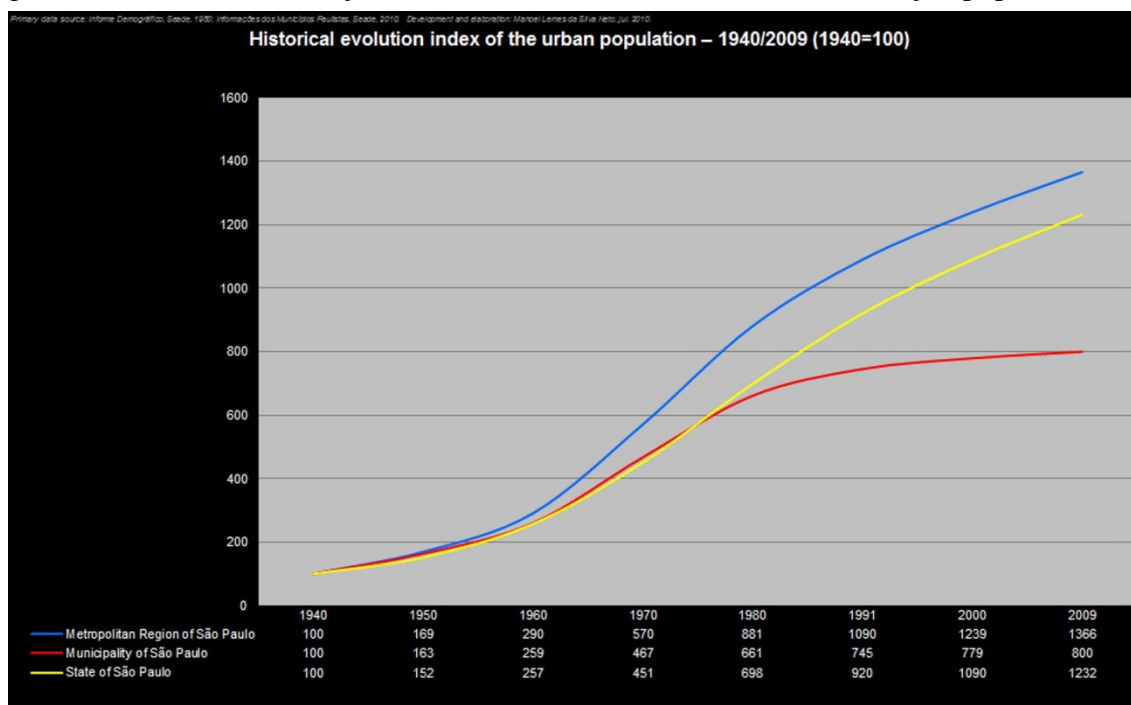
CONSTITUIÇÃO DO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Em pouco mais de cinco séculos, a experiência da sociedade urbana no Brasil variou de zero a 100% de urbanização. Com 5.565 municípios e densidade demográfica de 22 habitantes por Km², que, em 2010, oscilava de menos de 1 a 13.024 habitantes por Km², a variação de zero a 100% é uma metáfora para explicar a dinâmica do processo de urbanização brasileira.

Mas tal afirmação não é de todo falsa. Havia, em 2010, 68 municípios brasileiros cujo grau de urbanização correspondia rigorosamente a 100%. Embora persistam muitas perguntas sem explicação a respeito do que territorialmente corresponde o perímetro urbano nas municipalidades brasileiras, o fato é que esses 68 municípios correspondiam a 18% da população residente urbana do país. Por aproximação decimal a 100% de urbanização, o número de municípios saltou para 100, com 26% da população urbana do país, e, levada em conta a faixa acima de 99%, eram 157 municípios, correspondendo a 40% dos residentes em cidades no Brasil. Portanto, de um modo ou de outro, é possível afirmar-se que o país, ou melhor, a sociedade brasileira é francamente urbanizada.

O processo de organização espacial compreendido como expansão do “meio técnico-científico-informacional” produziu, no Brasil, forte concentração espacial até meados da década de 1970. Acompanhada por um processo de urbanização galopante, a constituição desse meio no país teria produzido macrocefalias urbanas, a exemplo da que se conheceu no município de São Paulo, capital do estado.

A partir da década de 1970, a peculiaridade do processo reside no fato de que o ritmo de crescimento urbano da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) acelerou mais em comparação à cidade de São Paulo, e o crescimento urbano do estado, como um todo, ultrapassou a capital. E a análise do comportamento demográfico demonstra que as áreas ao redor da RMSP são as responsáveis por tal desconcentração. É o que aponta o gráfico do índice de evolução histórica. A tendência é de desconcentração populacional.



Após um processo secular de concentração demográfica e econômica ao redor de São

Paulo, especialmente após os anos 1980, verificou-se a uma verdadeira “reversão da polarização” (Azzoni, 1986). Ou, então, a uma desconcentração da concentração.

Portanto, a expansão do meio técnico-científico-informacional em ação no processo de urbanização implicou alterações importantíssimas, qualitativamente diferenciadas (Silva Neto, 2008), o que teria levado Milton Santos a empregar a expressão “urbanização do território” para designar a presente fase do processo de formação das sociedades urbanas, que é nova. A anterior, a de “mera urbanização da sociedade”, engendrou a “difusão de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade” (2005, p. 138). No estágio atual, e graças ao aumento da densidade técnica presente no território, a difusão é espacialmente mais ampla.

Dá dizer que, no caso brasileiro, a “macrourbanização”, ou “urbanização do território”, define-se como processo socioespacial correlacionado à expansão do meio técnico-científico-informacional. Esse meio, ao difundir-se, constitui imensas continuidades territoriais – como é o caso da Macrometrópole paulista – ou pode ocorrer como ilhas, mas sempre em razão do aumento da densidade técnica presente no espaço. E, a aparência, em forma de espraiamento e dispersão, é tão somente manifestação empírica do fenômeno cuja amplitude inclui, também, a concentração de fluxos e de ações nas áreas mais densamente ocupadas.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E LUGAR

Se fosse possível eleger uma palavra somente para definir as características atuais dos lugares, ela bem que poderia ser “complexidade”.

O lugar, espaço do acontecer solidário, compreende a dimensão local e próxima do cotidiano, mas, a cada dia que passa, mais e mais não tem existência própria. É perpassado por dimensões espaciais presentes no território sob três formas: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico (Santos, 1996, p. 131-133). O acontecer homólogo produz continuidades, o complementar, horizontalidades, e o hierárquico, verticalidades.

Um dos lados da moeda da complexidade espacial contemporânea é a urbanização da sociedade levada a extremos. O outro contém densidade técnica que, enquanto tal, garante o funcionamento sistêmico das cidades – do plano intra-urbano ao das redes – e a integração planetária em tempos de globalização. Difusamente distribuída em quase todas as localidades da Terra, tal densidade impõe compreender a organização espacial pelo princípio de sua “unicidade técnica”, que é também política e econômica (Santos, 1996, p. 151-169; 2000, p. 24-27).

Em consequência de tal unicidade há um aumento exponencial do potencial de sinergias possíveis nos lugares, especialmente nas grandes cidades, momento em que a produção e a organização espacial superam definitivamente a experiência da lógica diacrônica da sucessão dos eventos desenvolvendo-se através do tempo. Embora o “tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos” (Santos, 1996, p. 127), a condição sincrônica, a experiência empírica da simultaneidade de eventos tornou-se possibilidade que se pode estender a quase todas as pessoas e, por isso, constitui-se um dos elementos fundamentais que faz surgir a aceleração contemporânea e decorrer o período histórico atual. “O eixo das sucessões e o das coexistências”, compreendido como prática vivenciada, altera radicalmente a compreensão dos fenômenos e o modo como vemos e interpretamos o espaço-natureza: da sucessão de tempos – diacronia – à coexistência dos eventos – sincronia (Id. *ibid.*, p. 126).

A urbanização da sociedade e, conjuntamente, a percepção da sincronia dos processos, são acontecimentos que aumentam a complexidade da organização espacial. Com a simultaneidade dos eventos, os lugares não podem ser compreendidos satisfatoriamente sem levar em conta as inter-relações indissociáveis que mantêm com todas as outras dimensões espaciais do planeta.

Esse fenômeno, condicionado ao tempo concreto de todos, sempre ocorreu. A diferença é que a totalidade a ele intrínseca pode ser mais bem interpretada graças ao meio técnico-científico-informacional.

Por conseguinte, os lugares, para explicá-los, não contêm senão parte dos nexos necessários para tanto. Para não se afirmar que “sempre” e em “todos os lugares”, com extraordinária frequência os lugares não se revelam apenas com as relações e eventos locais analisados em si. Será também fundamental considerar as complementaridades que eles estabelecem próxima e remotamente. Pelo mesmo motivo, no atual período histórico, o processo espacial, como totalidade, não impede que a funcionalização do mundo faça-se empiricamente reconhecida nos lugares (Id. *ibid.*, p.131).

O lugar – independentemente de como possa circunstanciar-se em setores urbanos, cidades, regiões, sub-espacos ou ecossistemas – pode ser, então, definido como espaço “de um acontecer solidário” (Id. *ibid.*, p.132). Não com menor espanto surgem figuras e conceitos para buscar uma explicação sobre a singularidade e o ineditismo da organização espacial da atualidade, tais como “compressão espaço-temporal” (Harvey, 1993, p. 219) e a mítica imagem do “aleph” (Soja, 1993, p. 8).

Em termos práticos, a análise de um lugar deverá compreendê-lo como amálgama do que se passa no interior desse lugar, das relações horizontais que se estabelecem entre ele e o seu derredor, como também os nexos organizacionais que o colocam em contato com as verticalidades do mundo tornado global. As particularidades locais apresentar-se-iam em resposta da indissociabilidade das dimensões intra-urbana e rural (acontecer homólogo), das dimensões urbano-regional-metropolitanas (acontecer complementar) e das dimensões estadual-nacional-continental-mundial (acontecer hierárquico).

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E ADENSAMENTO URBANO

Em 2000, considerando-se a possibilidade de se projetar para a Região Metropolitana de Campinas (RMC) a densidade urbana média da RMSP (277 habitantes/hectare), a área atualmente ocupada pela região poderia abrigar 7.649.923 habitantes. Isto é, seriam acrescentadas 5.379.419 pessoas à população da região, 42% mais (Silva Neto, 2010).

Outro resultado. Nos 100 setores censitários mais adensados da RMSP residiam 86.739 pessoas. Corresponhia a densidade média de 7.140 hab./ha. Pois bem. Para abrigá-las na RMC, com a densidade de 413 hab./ha, média obtida para os 100 setores censitários mais adensados daquela região, seriam necessários 2.101 hectares de área urbanizada em contraposição aos 12 hectares ocupados na RMSP. Isto é, uma área 175 vezes maior.

Os 100 setores censitários mais densos de Manaus registraram a densidade urbana média de 392 hab./ha, pouco abaixo da média de 445 hab./ha na cidade de Campinas. No entanto, o setor censitário mais denso da cidade de Campinas registrou 1.244 hab./ha. Em Manaus, 2.085 hab./ha. O que explica tal comportamento? Campinas está na Macrometrópole paulista. Manaus, na floresta amazônica.

As 25 cidades em estudo pela rede nacional de pesquisa QUAPÁ-SEL ocupam 1% do território, mas abrigavam, em 2000, 28% da população urbana do país. São apenas, 25 cidades, e sequer obedecem ao critério de serem as maiores cidades brasileiras.

Consequentemente, haveria uma dupla dinâmica de feições interdependentes, indissociáveis, de dispersão/compactação, de concentração/desconcentração, que, em

princípio, correspondem a manifestações aparentes de um só processo: o da urbanização do território; a urbanização contemporânea. Por hipótese, o território, para urbanizar-se, e independentemente da ocupação populacional, se dispersa e, simultaneamente, compacta-se. Traduz, afinal, o aumento da densidade técnica, que, essa sim, reproduz-se como variável independente à existência de cidades.

Resultado. A interpretação dos lugares não se expressa em si mesma. O entendimento da dinâmica local passa, agora, repita-se, pela *indissociabilidade das dimensões intra-urbana e rural (acontecer homólogo), das dimensões urbano-regional-metropolitanas (acontecer complementar) e das dimensões estadual-nacional-continental-mundial (acontecer hierárquico)*.

CONCLUSÕES

Para finalizar, propõe-se a formulação das seguintes hipóteses de trabalho.

- 1) A partir dos anos 1970, a urbanização contemporânea no Brasil distingue-se das fases anteriores desse processo na medida em que, se afastando do conceito fundamental de urbanização da sociedade, pressupõe a urbanização do território (Santos, 2005; Silva Neto, 2008) que se define pela urbanificação (Scherer, 1998) antecipada do território em relação à ocupação efetiva da população.
- 2) Associada à metropolização, a expansão do meio técnico-científico-informacional no Brasil, espacializa contextos espaciais particulares de dissolução urbana (Santos, 1994) ou, ainda, de desconcentração da concentração (Azzoni, 1986), que resultam no espraiamento de tecidos urbanos nas dimensões intra-urbana, urbana e regional-metropolitana.
- 3) A urbanização em curso no Brasil concentra a população em regiões de cidades e essa tendência produz paisagens que amalgamam duas conformações espaciais relativamente antagônicas e variáveis do processo de adensamento urbano: compactas e dispersas.
- 4) A respeito das questões que inter-relacionam a urbanização ao tema da crise ambiental contemporânea, e sob a perspectiva da sustentabilidade do ponto de vista eminentemente tecnológico, as evidências de que os tecidos urbanos compactos favorecem mais positivamente as relações custo/benefício social em relação aos tecidos urbanos dispersos (Silva Neto, 2010 (d)) devem considerar que tal positividade resulta de relações de interdependência de ambos os tecidos. Os tecidos urbanos compactos são mais susceptíveis à sustentabilidade porque dependem de relações de natureza econômica, social e cultural que se estabelecem apenas em tecidos urbanos dispersos, e vice-versa.
- 5) O processo de adensamento urbano, configurado por meio de tecidos urbanos mais ou menos compactos, mais ou menos dispersos, reflete a “espessura do acontecer” diante do maior ou menor “volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo” (Santos, 1996, p. 197). Portanto, a noção banal de densidade urbana, expressa pelo quociente do número de pessoas por unidade de área, ou de espaço, edificado ou não, não é a única dimensão territorial envolvida naquele processo, uma vez que é também possível levar em conta outras associações, entre as quais, densidade das firmas, densidade das instituições, densidade técnica e densidade de produtiva e de capitais.
- 6) Em correspondência ao “princípio da diferenciação funcional dos subespaços” (Santos, 1988, p. 69), o processo de adensamento urbano inclinado à compactação espacial tende à refuncionalização acelerada do sistema de espaços livres em paralelo à potencialização dos fluxos. O aumento relativo dos fixos implica a

reversão do uso da infraestrutura de áreas livres em infraestrutura destinada aos deslocamentos materiais de pessoas e de coisas.

- 7) O projeto político das planificações, incluindo-se o urbanismo, que ainda pode interferir no processo de urbanização pelo viés tecnocrata, tende a recuar em detrimento a pactos sócio-territoriais amplos envolvendo configurações culturais inéditas em disputa a discursos instrumentais consagrados, a exemplo da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, Carlos Roberto. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: Ipe/USP, 1986. (Ensaio Econômico, 58).

FRANCA FILHO, Márcio Toscano. Princípios da tributação internacional sobre a renda. *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo, n. 30, p. 75-84, mar.1998.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: Silva, Catia Antonia da et al. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93-111.

RICHTA, Radovan. *La civilización en la encrucijada: implicaciones sociales y humanas de la revolución científicotécnica*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985. (Espaços).

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. (Geografia: teoria e realidade).

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. (Geografia: teoria e realidade).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos ; 6).

SCHERER, Rebeca. Notas sobre planejamento e métodos. *Cadernos de Pesquisa do LAP 10*, São Paulo: FAU-USP, nov./dez. 1995.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. Campinas em dois tempos: fato metropolitano e desigualdades da metropolização globalitária em São Paulo. In: Souza, Maria Adélia A. de. (Org.) *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Editora Instituto Territorial, 2008, p. 55-81.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. Compact and scattered cities in the macro-metropolitan area in São Paulo, Brazil. In: 4th URBENVIRON International Seminar on Environmental Planning and Management: sustainable cities for the new millennium, 2010, Niterói. *Proceedings...* Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.